



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



PRIMEIRA CÂMARA

SESSÃO DE 08/12/2020

ITEM nº 081

TC-004610.989.19-6

Prefeitura Municipal: Pracinha.

Exercício: 2019.

Prefeito: Maurilei Aparecido Dias da Silva.

Advogado(s): Juliana Kenei Amadio Silva Bressan (OAB/SP nº 289.794).

Procurador(es) de Contas: Renata Constante Cestari.

Fiscalizada por: UR-18.

Fiscalização atual: UR-18.

Aplicação total no ensino	31,05% (mínimo 25%)
Investimento no magistério – verba do FUNDEB	100% (mínimo 60%)
Total de despesas com FUNDEB	100%
Investimento total na saúde	18,68% (mínimo 15%)
Transferências à Câmara	Em ordem
Despesa de Pessoal	48,53% (máximo 54%)
Encargos sociais	Em ordem
Subsídios dos Agentes Políticos	Em ordem
Precatórios e Obrigações Judiciais	Falhas nos registros (relevado)
Resultado da execução orçamentária	Déficit de R\$ 397.167,30 (3,20%) (relevado)
Resultado financeiro	Negativo em R\$ 119.736,68 (relevado)

	2018	2019	Resultado
IEGM	C+	C	
i-Educ	C+	C	Dados gerais educação, Avaliação Escolar, Conselho Municipal de Educação, Infraestrutura, Material Escolar, Merenda, Mínimo Constitucional, Plano Municipal de Educação, Professor, Transporte Escolar, Uniforme, Vagas.
i-Saúde	B	B	Atenção Básica, Atendimento à População, Campanha, Conselho Municipal de Saúde, Equipe de Saúde da Família, Infraestrutura, Mínimo Constitucional, Profissionais da Saúde.
i-Planej	B	B	Investimento, Pessoal, Programas e Metas.
i-Fiscal	B	C	Dívida Ativa, Dívida Fundada, Execução Orçamentária, Finanças, Gestão Fiscal, Precatórios, Transparência.
i-Amb	C	C	Contingenciamento, Infraestrutura, IQR, Plano Municipal de Saneamento Básico, Programa Ambiental, Resíduos Sólidos.
i-Cidade	C	C	Contingenciamento, Infraestrutura, Pessoal, Plano de Mobilidade Urbana, SIDEC (DEFESA CIVIL).
i-Gov-TI	C	C	Diretrizes de TI, Pessoal, Sistema AUDESP, Transparência.

A- Altamente Efetiva / B+- Muito Efetiva / B – Efetiva / C+- Em fase de adequação / C- Baixo nível de adequação

Porte Muito Pequeno
Região Administrativa de Presidente Prudente
Quantidade de habitantes: 4.093

Em exame, contas anuais do exercício de 2019 da Prefeitura Municipal de **PRACINHA**, cuja fiscalização *in loco* esteve a cargo da Unidade Regional de Adamantina – UR-18.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Preliminarmente, verifico que as contas dessa Municipalidade foram objeto de Acompanhamento Quadrimestral, com base no artigo 1º, § 1º da Resolução nº 01/2012, cujas ocorrências de fiscalização foram anotadas nos relatórios do 1º Quadrimestre (evento 18.36) e do 2º Quadrimestre (evento 40.31), objetivando oportunizar à Administração, de modo preventivo, a correção dos rumos das ações que se apresentassem com tendências ao descumprimento dos objetivos estabelecidos, dentro do próprio período.

Paralelamente às inspeções ordinárias, foram empreendidas fiscalizações ordenadas, de natureza operacional, cujos relatórios foram inseridos no processo dependente TC-013019.989.19-3 e que tiveram por escopo o oferecimento de Merenda Escolar (eventos 7 e 24).

No relatório do encerramento do exercício, constante do evento 60.48, as impressões e os pontos destacados na conclusão dos trabalhos se referem aos seguintes itens:

Item A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO – B

- As alterações orçamentárias decorrentes da abertura de créditos adicionais e realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições corresponderam a 50,72% da Despesa Fixada Inicial, revelando insuficiente planejamento orçamentário;
- suplementações representaram 49,08% das alterações orçamentárias, sendo que de acordo com o atual nível de inflação, o número razoável para créditos adicionais suplementares seria de 4,31% (IPCA Jul17-Jun18);
- Na análise dos programas e ações, verificamos em alguns deles, diminuição acentuada ou total, bem como aumentos significativos, na comparação entre o valor previsto na LOA e a respectiva dotação atualizada, o que pode ter prejudicado a execução dos programas/ações de governo;
- Sob a perspectiva de resultados dos programas e ações, as alterações orçamentárias influenciaram na execução desses, resultando em percentuais baixos ou zerados, na comparação do valor previsto na LOA com o valor total liquidado da respectiva dotação, o que pode ter comprometido os resultados;
- Outras diversas falhas nesta dimensão do IEG-M.

Item B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Ocorrência de déficit de R\$ 397.167,30 (3,20%) não amparado totalmente pelo superávit financeiro do exercício anterior.

Item B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

- O déficit orçamentário fez surgir um antes inexistente déficit financeiro de R\$ 119.736,68.

Item B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

- A Prefeitura não possui recursos disponíveis para o total pagamento de suas dívidas de curto prazo, registradas no passivo financeiro;
- A Prefeitura não possui liquidez face aos compromissos de curto prazo, registrados no passivo circulante;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



- Aumento de 53,87% no saldo da dívida de curto prazo (passivo circulante) em relação ao exercício anterior.

Item B.1.5. PRECATÓRIOS

- O balanço patrimonial não registra, corretamente, a dívida de precatórios e o saldo financeiro existente nas contas bancárias junto aos Tribunais;
- Considerando o valor dos depósitos referentes ao exercício em exame, apuramos que, nesse ritmo, os valores depositados serão insuficientes para quitação dos débitos de precatórios judiciais até 2024, conforme determina a EC nº 99/2017.

Item B.1.8.1. DESPESA DE PESSOAL

- Inclusões da fiscalização referentes a contratações de serviços médicos de clínico geral para atuar em dias úteis com carga horária de 20 horas semanais e serviços médicos para atuar na ESF em dias úteis com carga horária de 40 horas semanais + 01 hora de TFD, os quais não foram contabilizadas como "outras despesas de pessoal", conforme determina o artigo 18, § 1º, da LRF.

Item B.1.9.1. CARGOS EM COMISSÃO

- Grande parte dos cargos em comissão não exige formação de nível superior, o que permite o eventual preenchimento destes cargos por pessoas que, embora de confiança dos agentes políticos, podem não se mostrar suficientemente qualificadas para o desempenho das funções inerentes aos cargos por elas ocupados.

Item B.1.9.2. HORAS EXTRAS

- Pagamentos de horas extras de forma frequente e, em alguns casos, nos mesmos valores durante todo o período, havendo indícios de pagamentos como complemento salarial;
- O pagamento das horas extras é realizado com base em relatórios emitidos pelos diversos setores da Prefeitura, onde constam apenas o nome do servidor e a quantidade de horas, não sendo possível apurar a quantidade efetivamente realizada pelos servidores, tendo em vista que não existe o registro dos horários, o que demonstra fragilidade no sistema e revela falta de transparência no pagamento das horas extras.

Item B.1.9.3. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

- Pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo (40%) para funções enquadradas no Laudo como grau médio (20%), caracterizando impróprio acréscimo salarial.

Item B.2. IEG-M – I-FISCAL

- Diversas falhas nesta dimensão do IEG-M.

Item B.3.1. DESPESA COM AR CONDICIONADO

- Possível relacionamento entre empresas onde os itens adquiridos foram cotados;
- Grande distância entre o município de Pracinha e os das empresas em que foram realizadas as cotações;
- Os preços praticados encontram-se muito acima dos de mercado, revelando **indícios de sobrepreço no montante de R\$ 8.292,96**;
- Fortes indícios de falta de legitimidade das pesquisas de preços realizadas, o que compromete todo o processo da despesa, além de revelar afronta aos princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência e economicidade.

Item B.3.2. ADIANTAMENTOS

- Ausência de roteiro da viagem demonstrando os destinos visitados e as atividades desenvolvidas;
- Falta de motivação para o elevado número de participantes da viagem (quatro), em afronta aos princípios da razoabilidade e da economicidade;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



- Despesas com descrição genérica ("refeição"), recibos de táxi sem a descrição do itinerário e ausência de discriminação das quantidades e valores das diárias, revelando falta de transparência nos gastos;
- Despesa com refeição para quatro pessoas no montante de R\$ 391,10 (R\$ 97,77 por pessoa), sendo que, daquele montante, R\$ 41,90 (12%) refere-se à taxa de serviço opcional, revelando afronta aos princípios da razoabilidade, economicidade e interesse público.

Item B.3.3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE BAIXO RENDIMENTO

- A Origem mantém recursos aplicados em fundos de investimentos de baixo rendimento em virtude da cobrança de taxas de administração altas pelas instituições financeiras, sendo que existem aplicações financeiras mais vantajosas, apresentando taxas de administração bem menores e com as mesmas características dos atuais fundos (baixo grau de risco e liquidez imediata);
- Dentre as opções de investimentos existentes, as opções que exigem menores saldos iniciais apresentaram, em 2019, rendimentos 87,80% (BB) e 469,38% (Caixa) maiores que os verificados nos fundos que atualmente estão os recursos da Prefeitura;
- Entendemos necessário que a Prefeitura reavalie suas práticas de investimentos, buscando constantemente melhores opções, logicamente, dentre as possibilidades mais conservadoras e com liquidez imediata, visto que os fatos constatados pela Fiscalização configuram afronta aos princípios da eficiência e da economicidade.

Item C.2. IEG-M – I-EDUC

- Diversas falhas nesta dimensão do IEG-M.

Item C.2.1. FISCALIZAÇÕES ORDENADAS – MERENDA ESCOLAR

- Não havia alvará ou licença de funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária (REINCIDÊNCIA);
- Não havia Relatório de Inspeção de Boas Práticas emitido pela Vigilância Sanitária, em descumprimento ao previsto na Portaria CVS 5, de 09/04/2013 (REINCIDÊNCIA);
- Não são aplicados testes de aceitabilidade junto aos alunos que recebem a merenda (REINCIDÊNCIA);
- Não havia AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prazo de validade (REINCIDÊNCIA);
- No local não havia termômetro para aferição da adequação da temperatura dos produtos sob congelamento, conforme artigo 34 da Portaria CVS n.º 5 de 09/04/2013 (REINCIDÊNCIA);
- A Fiscalização fez as seguintes anotações: Existem mesas e cadeira do refeitório descascadas (REINCIDÊNCIA).

Item C.2.2. PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO

- A Prefeitura não está observando o piso nacional do magistério para o cargo de Professor de Creche.

Item C.2.3. OBRAS PARALISADAS

- No município existem duas obras paralisadas referentes à construção de creches.

Item D.2. IEG-M – I-SAÚDE

- Diversas falhas nesta dimensão do IEG-M.

Item D.2.2 UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

- Unidade Básica de Saúde – “Enf. Maria José Cleto: a escala dos médicos não estava atualizada para o mês de junho/2019; os banheiros são parcialmente adaptados para portadores de necessidades especiais (pias não adaptadas); caixas armazenadas em cima da maca; medicamentos armazenados em caixas terciárias na farmácia (caixas de papelão normalmente utilizadas para transporte); caixas de medicamentos armazenadas em contato direto com o piso;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



- Considerando as limitações físicas impostas pela pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), propomos à próxima fiscalização *in loco* a verificação quanto a regularização das impropriedades constatadas.

Item E.1. IEG-M – I-AMB

- Diversas falhas nesta dimensão do IEG-M.

Item F.1. IEG-M – I-CIDADE

- Diversas falhas nesta dimensão do IEG-M.

Item G.3. IEG-M – I-GOV TI

- Diversas falhas nesta dimensão do IEG-M.

Item H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAÍSES-MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS

- Indica-se que o município poderá não atingir diversas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS: 3, 3.4, 3.5, 3.8, 3.9, 3.c, 4, 4.1, 4.2, 4.5, 4.7, 4.c, 6, 6.4, 6.5, 11.2, 11.5, 11.6, 11.b, 12.4, 12.5, 12.8, 16.6, 16.7, 17.8 e 17.17.

Item H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- Houve entrega intempestiva de documentos e informações ao Sistema AUDESP;
- Desatendimento de recomendações/determinações desta E. Corte.

Nos termos dos quadros formulados pela fiscalização, o Executivo cumpriu a aplicação mínima constitucional na manutenção e desenvolvimento do ensino geral (MDE), indicando investimentos que corresponderam a 31,05% da receita de arrecadação e transferência de impostos durante o período.

A fiscalização também identificou que a totalidade dos recursos do FUNDEB foi aplicada dentro do exercício, em ações de valorização dos profissionais do magistério com atendimento do art. 60, XII, do ADCT, da CF/88 e do disposto na Lei Federal nº 11.494/2007.

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPEZA EMPENHADA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	31,05%
DESPEZA LIQUIDADADA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	30,86%
DESPEZA PAGA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	29,56%

FUNDEB:	%
DESPEZA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	100,00%
DESPEZA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	100,00%
DESPEZA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	96,98%
DESPEZA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	100,00%
DESPEZA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	100,00%
DESPEZA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	96,98%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



A Prefeitura obteve nota **C** para o *i-Educ*, componente do IEGM que analisa a efetividade das políticas públicas na seara educacional, verificando, dentre outros aspectos, salas de aula superlotadas, índice elevado de absenteísmo docente, ausência de sala de aleitamento materno, pendência na regularização do AVCB e inobservância ao Piso Nacional do Magistério.

Os investimentos na saúde superaram o mínimo constitucional, alcançando 18,68% do valor da receita e transferências de impostos.

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	18,68%
DESPESA LIQUIDADA (mínimo 15%)	18,42%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	17,40%

Foi atribuída nota **B** ao quesito do *i-Saúde*, aqui se apurando falhas nos registros de frequência dos profissionais da saúde, deficiências nos programas de pré-natal, não atingimento da meta de cobertura vacinal, ausência de sistema informatizado para gerenciar estoques e inexistência dos serviços de Ouvidoria e do componente municipal do Sistema de Auditoria em Saúde.

O quadro elaborado pela inspeção indica a ocorrência de déficit da execução orçamentária no final do exercício (R\$ 397.167,30 – 3,20%), o qual encontrou parcial amparo em superávit financeiro do ano anterior (Resultado Financeiro de 2018 = R\$ 375.860,28). Além disso, foram constatadas alterações orçamentárias equivalentes a 50,72% da despesa inicialmente fixada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Receitas	Previsão	Realização	AH %	AV %
Receitas Correntes	R\$ 13.250.943,27	R\$ 14.144.611,70	6,74%	113,97%
Receitas de Capital	R\$ 509.800,00	R\$ 374.905,55	-26,46%	3,02%
Receitas Intraorçamentárias	R\$ -	R\$ -	#DIV/0!	0,00%
Deduções da Receita	-R\$ 1.916.600,00	-R\$ 2.108.276,76	10,00%	-16,99%
Subtotal das Receitas	R\$ 11.844.143,27	R\$ 12.411.240,49		
Outros Ajustes		R\$ -		
Total das Receitas	R\$ 11.844.143,27	R\$ 12.411.240,49		100,00%
Excesso de Arrecadação		R\$ 567.097,22	4,79%	4,57%
Despesas Empenhadas	Fixação Final	Execução	AH %	AV %
Despesas Correntes	R\$ 11.133.078,05	R\$ 11.118.682,06	-0,13%	86,81%
Despesas de Capital	R\$ 1.338.772,82	R\$ 1.031.310,87	-22,97%	8,05%
Reserva de Contingência	R\$ -	R\$ -	#DIV/0!	0,00%
Despesas Intraorçamentárias	R\$ -	R\$ -	#DIV/0!	0,00%
Repasse de duodécimos à CM	R\$ 709.800,00	R\$ 709.800,00	0,00%	5,54%
Transf. Financeiras à Adm. Indireta	R\$ -	-R\$ 51.385,14	#DIV/0!	-0,40%
Dedução: devolução de duodécimos				
Subtotal das Despesas	R\$ 13.181.650,87	R\$ 12.808.407,79		
Outros Ajustes				
Total das Despesas	R\$ 13.181.650,87	R\$ 12.808.407,79		100,00%
Economia Orçamentária		R\$ 373.243,08	-2,83%	2,91%
Resultado Ex. Orçamentária:	Déficit	-R\$ 397.167,30		3,20%

O desempenho negativo da execução orçamentária pressionou o resultado financeiro do período, anotando-se déficit de R\$ 119.736,68 nessa variável. Além disso, o Órgão obteve superávit econômico de R\$ 7.143,96 e retração patrimonial de 0,20%.

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ (119.736,68)	R\$ 375.860,28	-131,86%
Econômico	R\$ 7.143,96	R\$ 1.598.512,82	-99,55%
Patrimonial	R\$ 9.688.844,57	R\$ 9.707.792,98	-0,20%

A Dívida de Curto Prazo apresentou crescimento de 49,97%, pressionada pela inscrição de Restos a Pagar Processados, traduzindo-se em Índice de Liquidez Imediata de 0,83.

PASSIVO FINANCEIRO-ANEXO 14 A	Saldo Final Exercício em exame	Saldo Final Exercício anterior	AH %
Restos a Pagar Processados/Não Processados em Liquidação e Não Processados a Pagar	R\$ 1.144.330,63	R\$ 743.721,07	53,87%
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 136.326,70	R\$ 110.234,33	23,67%
Outros	R\$ -	R\$ -	
Total	R\$ 1.280.657,33	R\$ 853.955,40	49,97%
Inclusões da Fiscalização			
Exclusões da Fiscalização			
Total Ajustado	R\$ 1.280.657,33	R\$ 853.955,40	49,97%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Índice de Liquidez Imediata	Disponível	R\$ 947.202,87	0,83
	Passivo Circulante	R\$ 1.144.330,63	

Já Dívida Fundada apresentou crescimento de 9,92%, ante a contabilização de obrigações judiciais, fixando-se em R\$ 2,8 milhões.

	Exercício em exame	Exercício anterior	AM%
Dívida Mobiliária	-	-	
Dívida Contratual	-	-	
Precatórios	1.822.240,67	1.533.899,99	18,80%
Parcelamento de Dívidas:	1.030.444,16	1.041.454,53	-1,06%
De Tributos	-	-	
De Contribuições Sociais	1.030.444,16	1.041.454,53	-1,06%
Previdenciárias	1.030.444,16	1.041.454,53	-1,06%
Demais contribuições sociais		-	
Do FGTS		-	
Outras Dívidas	31.420,39	48.420,39	-35,11%
Dívida Consolidada	2.884.105,22	2.623.774,91	9,92%
Ajustes da Fiscalização		-	
Dívida Consolidada Ajustada	2.884.105,22	2.623.774,91	9,92%

Conforme informado, a Prefeitura estava enquadrada do Regime Especial de pagamento de Precatórios e providenciou depósitos suficientes para a satisfação dos valores devidos no exercício, bem como quitou a totalidade dos Requisitórios de Baixa Monta.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



APURAÇÃO DO PAGAMENTO DO PISO				
EXERCÍCIO EM EXAME	2019	ALÍQUOTA (ref. dez/2017)		11,000%
RCL-mês de ref.	nov/2018	dez/2018	jan/2019	fev/2019
RCL - valor	R\$ 946.041,87	R\$ 954.306,84	R\$ 961.117,95	R\$ 963.473,35
MÊS DE COMPETÊNCIA	jan/2019	fev/2019	mar/2019	abr/2019
ALÍQUOTA (ref. dez/2017)	11,000%	11,000%	11,000%	11,000%
VALOR CALCULADO PERCENTUALMENTE	R\$ 104.064,61	R\$ 104.973,75	R\$ 105.722,97	R\$ 105.982,07
VALOR A SER DEPOSITADO (1/12 do VALOR CALCULADO)	R\$ 8.672,05	R\$ 8.747,81	R\$ 8.810,25	R\$ 8.831,84
RCL-mês de ref.	mar/2019	abr/2019	mai/2019	jun/2019
RCL - valor	R\$ 971.386,37	R\$ 969.106,65	R\$ 965.679,78	R\$ 951.392,27
MÊS DE COMPETÊNCIA	mai/2019	jun/2019	jul/2019	ago/2019
ALÍQUOTA (ref. dez/2017)	11,000%	11,000%	11,000%	11,000%
VALOR CALCULADO PERCENTUALMENTE	R\$ 106.852,50	R\$ 106.601,73	R\$ 106.224,78	R\$ 104.653,15
VALOR A SER DEPOSITADO (1/12 do VALOR CALCULADO)	R\$ 8.904,38	R\$ 8.883,48	R\$ 8.852,06	R\$ 8.721,10
RCL-mês de ref.	jul/2019	ago/2019	set/2019	out/2019
RCL - valor	R\$ 953.846,80	R\$ 954.196,96	R\$ 958.520,41	R\$ 962.018,15
MÊS DE COMPETÊNCIA	set/2019	out/2019	nov/2019	dez/2019
ALÍQUOTA (ref. dez/2017)	11,000%	11,000%	11,000%	11,000%
VALOR CALCULADO PERCENTUALMENTE	R\$ 104.923,15	R\$ 104.961,67	R\$ 105.437,25	R\$ 105.822,00
VALOR A SER DEPOSITADO (1/12 do VALOR CALCULADO)	R\$ 8.743,60	R\$ 8.746,81	R\$ 8.786,44	R\$ 8.818,50
VALOR MÍNIMO A SER DEPOSITADO REFERENTE AO EXERCÍCIO EM EXAME				R\$ 105.518,30
MONTANTE DEPOSITADO REFERENTE AO EXERCÍCIO EM EXAME				R\$ 135.731,87
ATENDIMENTO AO PISO				ATENDIDO

REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA	
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	R\$ -
Valor da atualização monetária ou inclusão efetuadas no exercício em exame	R\$ 23.347,04
Valor cancelado	R\$ -
Valor pago	R\$ 23.347,04
Ajustes efetuados pela Fiscalização	R\$ -
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$ -

Criticou a inspeção, contudo, que a atual marcha dos depósitos não se mostra adequada à liquidação integral desse passivo até o exercício de 2024 e a existência de inconsistências nos registros contábeis.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



EC Nº 99/2017 : QUITAÇÃO DOS PRECATÓRIOS ATÉ		2024	
Saldo de precatórios até 31,12 de	2019		R\$ 1.822.240,67
Número de anos restantes até	2024		5
Valor anual necessário para quitação até	5		R\$ 364.448,13
Montante depositado referente ao exercício de	2019		R\$ 243.196,27
Nesse ritmo, valor insuficiente para quitação até 2024 de			121.251,86

A inspeção atestou o recolhimento formal dos Encargos Sociais devidos no exercício ao INSS, FGTS e PASEP, inclusive com relação aos compromissos em regime de parcelamento, além da inexistência do RPPS.

Certificou a UR-18 que a transferência de recursos financeiros à Câmara obedeceu às regras previstas no art. 29-A da Constituição Federal.

Foram atendidos os limites e condições estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, relativos à Dívida Consolidada Líquida, Concessão de Garantias e Operações de Créditos, inclusive por Antecipação da Receita Orçamentária.

Após o lançamento de ajustes pela inspeção, relativos à contratação terceirizada de profissionais da Saúde, as Despesas de Pessoal se fixaram em 48,53% da RCL no 3º quadrimestre, respeitando o teto previsto na alínea *b* do inciso III do art. 20 da LRF.

Período	Dez 2018	Abr 2019	Ago 2019	Dez 2019
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado	R\$ 5.428.582,37	R\$ 5.368.844,38	R\$ 5.408.452,99	R\$ 5.529.297,29
Inclusões da Fiscalização	R\$ 317.048,00	R\$ 168.000,00	R\$ 216.000,00	R\$ 312.000,00
Exclusões da Fiscalização	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Gastos Ajustados	R\$ 5.745.630,37	R\$ 5.536.844,38	R\$ 5.624.452,99	R\$ 5.841.297,29
Receita Corrente Líquida	R\$ 11.451.682,04	R\$ 11.629.279,85	R\$ 11.450.363,53	R\$ 12.036.334,94
Inclusões da Fiscalização	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Exclusões da Fiscalização	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RCL Ajustada	R\$ 11.451.682,04	R\$ 11.629.279,85	R\$ 11.450.363,53	R\$ 12.036.334,94
% Gasto Informado	47,40%	46,17%	47,23%	45,94%
% Gasto Ajustado	50,17%	47,61%	49,12%	48,53%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



A inspeção apurou que os Subsídios dos Agentes Políticos foram processados em conformidade com a legislação local, não consignando a incidência de RGA, nem a ocorrência de pagamentos excessivos.

A tabela abaixo demonstra a relação dos servidores efetivos e comissionados constantes do Quadro de Pessoal:

Natureza do cargo/emprego	Quant. Total de Vagas		Vagas Providas		Vagas Não Providas	
	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame
Efetivos	239	243	185	187	54	56
Em comissão	29	29	15	15	14	14
Total	268	272	200	202	68	70
Temporários	Ex. anterior		Ex. em exame		Em 31.12 do	Ex. em exame
Nº de contratados			1		1	

Sobre essa matéria, a inspeção identificou a existência de cargos comissionados que não ostentavam exigência de escolaridade de nível superior, a realização frequente de horas extras e o pagamento de adicional de insalubridade em desconformidade com o lado técnico correspondente.

Subsidiou a análise da matéria o expediente TC-018690.989.19-9, encaminhado pelo Ministério Público Federal, solicitando informações a respeito do cumprimento dos pisos remuneratórios do Magistério, dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias (sobrestado).

Procedeu-se à notificação do responsável pelos demonstrativos – Sr. Maurilei Aparecido Dias da Silva, Prefeito Municipal – através do DOE de 18/07/2020 (evento 64), o qual também foi notificado pessoalmente, por ocasião da inspeção local, para acompanhar a movimentação processual por meio de despachos e decisões publicadas na Imprensa Oficial (evento 60.2).

O interessado apresentou justificativas no evento 80.1, onde defendeu a boa ordem das práticas de Planejamento e participação popular e asseverou que o déficit orçamentário não se mostra gravoso para o equilíbrio das contas públicas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Destacou que as alterações orçamentárias estavam amparadas em autorizações inseridas na LOA e na LDO, além de normas específicas que ampararam recursos oriundos de emendas parlamentares para a região não previstos na peça inicial.

Ressaltou que as contas públicas foram impactadas pela queda na arrecadação das receitas, derivando em déficit financeiro de pequena monta, requerendo o recálculo do índice de liquidez imediata e realçando que este indicador não importou em prejuízo às capacidades da Prefeitura em honrar com seus compromissos.

Disse que o Executivo apresentou novo plano de pagamentos de Precatórios, acolhido pelo Tribunal de Justiça, a fim de liquidar o total de obrigações judiciais dentro do prazo constitucional, e que as inclusões efetuadas pela fiscalização não implicaram em excesso nas Despesas de Pessoal.

Aduziu que a maioria dos ocupantes dos cargos comissionados detém diploma de nível superior, que as horas extras se destinaram ao atendimento das demandas locais a despeito do quadro de funcionários restrito e que os percentuais de insalubridade deferidos a certos servidores decorrem de laudos técnicos, estando pendente, ainda, decisão da justiça trabalhista sobre os casos do município.

Considerou que as compras públicas atenderam às regras da legislação aplicável e anunciou melhorias nos processos de Adiantamentos e aplicações financeiras, além de ofertar razões face aos desajustes de natureza operacional do IEGM.

Asseverou que os vencimentos dos professores de sua rede de mostram adequados ao Piso Nacional do Magistério, tomando por critério a proporcionalidade da carga horária, e que o Município se engaja em concretizar as metas de objetivos sustentáveis e em dar atendimento às recomendações desta Corte.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Por considerar, assim, que restaram atendidos os principais vetores que regem as contas, pediu pela aprovação das contas, anexando documentação nos eventos 80.3 a 80.18 para corroborar suas teses.

Assessoria Técnica considerou que os aspectos **contábeis** não indicam situação de desequilíbrio para demonstrativos, tendo em vista a pequena expressividade dos resultados orçamentário e financeiro negativos, adequada quitação dos Precatórios e Encargos Sociais. Concluiu pela emissão de parecer favorável, porém com recomendações para moderação das alterações orçamentárias (evento 91.1).

Congênere **jurídica** atestou o cumprimento das exigências constitucionais e legais que norteiam a análise das contas, opinando pela emissão de parecer favorável, sem prejuízo de tecer recomendações para correções no Quadro de Pessoal e aprimoramento operacional do IEGM (evento 91.2).

Chefia de ATJ endossou as propostas pela aprovação das contas (evento 91.3).

Ministério Público de Contas avaliou que a ocorrência de déficit orçamentário e financeiro, o índice de liquidez insuficiente e o percentual de alterações orçamentárias vulneraram os princípios da responsabilidade fiscal, circunstâncias reforçadas por inadequações no Quadro de Pessoal, excesso de horas extras e pagamento irregular de adicional de insalubridade. Manifesta-se pela emissão de parecer desfavorável (evento 96).

Registro a situação das últimas contas apreciadas nesta e. Corte:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Exercício	Processo	Parecer
2018	4269.989.18-2	Favorável com recomendações e determinação ¹ – DOE de 10/06/2020
2017	6512.989.16-1	Favorável com recomendações – DOE de 22/10/2019
2016	4034.989.16-0	Desfavorável com recomendações ² – DOE de 31/10/2018

É o relatório.

GCCCM/15

¹ Providenciar a compatibilização do Pagamento de Adicional de Insalubridade.

² Desequilíbrio dos resultados fiscais, pagamento insuficiente de Precatórios, pagamentos excessivos aos Agentes Políticos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



GCCCM

PRIMEIRA CÂMARA – SESSÃO DE 08/12/2020 – ITEM 081

Processo: TC-004610.989.19-6

Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Responsável: Maurilei Aparecido Dias da Silva – Prefeito Municipal

Período: 01/01 a 31/12/2019

Assunto: CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2019

Advogada: Juliana Kenei Amadio Silva Bressan (OAB/SP 289.794)

Aplicação total no ensino	31,05% (mínimo 25%)
Investimento no magistério – verba do FUNDEB	100% (mínimo 60%)
Total de despesas com FUNDEB	100%
Investimento total na saúde	18,68% (mínimo 15%)
Transferências à Câmara	Em ordem
Despesa de Pessoal	48,53% (máximo 54%)
Encargos sociais	Em ordem
Subsídios dos Agentes Políticos	Em ordem
Precatórios e Obrigações Judiciais	Falhas nos registros (relevado)
Resultado da execução orçamentária	Déficit de R\$ 397.167,30 (3,20%)
Resultado financeiro	Negativo em R\$ 119.736,68

	2018	2019	Resultado
IEGM	C+	C	
i-Educ	C+	C	Dados gerais educação, Avaliação Escolar, Conselho Municipal de Educação, Infraestrutura, Material Escolar, Merenda, Mínimo Constitucional, Plano Municipal de Educação, Professor, Transporte Escolar, Uniforme, Vagas.
i-Saúde	B	B	Atenção Básica, Atendimento à População, Campanha, Conselho Municipal de Saúde, Equipe de Saúde da Família, Infraestrutura, Mínimo Constitucional, Profissionais da Saúde.
i-Planej	B	B	Investimento, Pessoal, Programas e Metas.
i-Fiscal	B	C	Dívida Ativa, Dívida Fundada, Execução Orçamentária, Finanças, Gestão Fiscal, Precatórios, Transparência.
i-Amb	C	C	Contingenciamento, Infraestrutura, IQR, Plano Municipal de Saneamento Básico, Programa Ambiental, Resíduos Sólidos.
i-Cidade	C	C	Contingenciamento, Infraestrutura, Pessoal, Plano de Mobilidade Urbana, SIDEC (DEFESA CIVIL).
i-Gov-TI	C	C	Diretrizes de TI, Pessoal, Sistema AUDESP, Transparência.

A- Altamente Efetiva / B+- Muito Efetiva / B – Efetiva / C+- Em fase de adequação / C- Baixo nível de adequação

Porte Muito Pequeno
Região Administrativa de Presidente Prudente
Quantidade de habitantes: 4.093



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



I – A Administração de **PRACINHA** demonstrou ter dado atendimento aos principais vetores que orientam a análise das contas, durante o exercício de 2019.

a) A aplicação de recursos no ensino geral atingiu 31,05% das receitas e transferências de impostos, cumprindo-se os termos do artigo 212 da CF/88. Atestou a fiscalização, ainda, que a totalidade dos recursos do FUNDEB foi aplicada dentro do exercício, integralmente em ações de valorização do magistério, revelando a observância ao art. 60, XII, do ADCT, da CF/88 e às regras da Lei Federal nº 11.494/2007.

b) A aplicação de recursos na Saúde atingiu 18,68% das receitas e transferências de impostos, cumprindo-se os termos do inciso III do § 2º do art. 198 da CF/88 c.c. art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012.

c) Números constantes dos autos demonstram que o exercício foi encerrado com déficit da execução orçamentária, em montante de R\$ 397.167,30, equivalente a 3,20% das receitas arrecadadas, o qual encontrou amparo apenas parcial em superávit financeiro do ano anterior (Resultado Financeiro de 2018 = Positivo em R\$ 375.860,28).

Tal circunstância atuou em desfavor dos níveis de endividamento do Órgão, o qual apresentou déficit financeiro de R\$ 119.736,68 e majorou em 49,9% o conjunto de sua Dívida de Curto Prazo, a qual perfazia R\$ 1,2 milhão no desfecho de 2019 e se traduziu em Índice de Liquidez Imediata de 0,83.

A localidade ainda apresentou diminuto superávit de R\$ 7.143,96 no resultado econômico e redução de 0,20% do Saldo Patrimonial, cabendo anotar o processamento de alterações orçamentárias representativas de 50,72% da despesa inicialmente fixada.

Tenho que esses aspectos se afastam daquele ideário preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual demanda do Administrador Público uma postura **planejada** e **transparente** capaz de prevenir riscos e desvios capazes de afetar o equilíbrio das finanças do Estado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Contudo, cabe ponderar que o déficit financeiro se situou abaixo do patamar de um mês de arrecadação tolerado por esta Corte³, representando aproximadamente 3,5 dias da RCL, índice que não sinaliza, por ora, potencial para comprometimento das contas futuras, conforme destacado pela Assessoria Técnica.

Recomendável, sem embargo, que o responsável se comprometa com a produção de resultados positivos capazes de reduzir paulatinamente os níveis de endividamento municipal e promova correção de descompasso sinalizados pelo *i-Fiscal* (Nota C), adotando, dentre outras medidas, fiscalização automatizada da emissão de NF-e e alíquotas de ITBI em conformidade com os critérios definidos pelo STF e moderação no percentual de alterações orçamentárias⁴.

d) Enquadrada no Regime Especial de pagamento de Precatórios, a Municipalidade obteve certificação pelo Tribunal de Justiça quanto à suficiência dos depósitos realizados no ano de 2019 (evento 60.13, fl. 6), ficando demonstrada, também, quitação integral dos Requisitórios de Baixa Monta.

Deve a Administração, contudo, coordenar esforços junto ao Poder Judiciário para que a liquidação total desse passivo observe o horizonte fixado pela EC nº 99/2017, além de afastar indesejáveis erros na escrituração dessas obrigações.

e) Conforme atestado, a Prefeitura providenciou o recolhimento formal dos Encargos Sociais devidos ao INSS, FGTS e PASEP, inclusive com relação às obrigações em regime de parcelamento, além da inexistência de RPPS.

³ RCL de 2019 = R\$ 12.036.334,94. Um mês = R\$ 1.003.027,91.

⁴ Leciona a cartilha "**O Tribunal e a Gestão Financeira dos Prefeitos**" (2012, pp. 16/17)

2.3.1. A boa técnica e a moderada margem para créditos suplementares

Quanto ao item 3 do sobredito Comunicado [SDG nº 29/2010], recomendou-se percentual moderado de margem orçamentária, sendo esta a prévia e genérica autorização, na lei de orçamento, para abertura, por decreto, de créditos suplementares (art. 165, § 8º da Constituição). Tal comedimento prende-se ao fato de a realidade mostrar elevadas margens orçamentárias, superiores, às vezes, a 70% do orçamento total; isso, enquanto a inflação não supera a casa dos 5%. Eis um "cheque em branco" para o Executivo, a desestimular e, muito, a produção de bons orçamentos.

(...) Em nível elevado, aquela prévia concessão descaracteriza a função do Legislativo, abrindo portas para o déficit orçamentário e, dele decorrente, o aumento da dívida pública.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



f) A transferência financeira à Câmara Municipal observou a limitação disposta no artigo 29-A da Carta da República.

g) Foram observados os limites e condições impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal relacionados à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive ARO.

Após o lançamento de ajustes relativos à contratação terceirização de serviços médicos, a Despesa de Pessoal se fixou em **48,53% da RCL** no 3º quadrimestre, respeitando aquele limite previsto na alínea *b* do inciso III do art. 20 da LRF.

Embora atendido o limite de gastos, relembro que a formação do corpo laboral mediante servidores comissionados ostenta caráter de excepcionalidade, estando tais cargos limitados às atividades de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, CF/88) e, desse modo, relacionados à exigência de formação compatível com as atividades de alta gerência estatal, entendimento que se coaduna com a jurisprudência firmada nesta Casa e enunciada pelo Comunicado SDG nº 32/2015⁵.

Deve a Prefeitura, além disso, racionalizar a realização de horas extras, já que sua habitualidade desvirtua a feição extraordinária desse labor adicional, exercendo efetivos controles sobre as horas trabalhadas, ficando a fiscalização incumbida de verificar as regularizações anunciadas.

Considerando, também, que esta Corte expediu recomendações à Municipalidade para que adequasse os percentuais de insalubridade atribuídos aos seus servidores ao avaliar as contas do exercício de 2018 (TC-004269.989.18-2, DOE de 10/06/2020) e que o responsável elaborou novo laudo técnico em 20/07/2020 (evento 80.15 dos autos), a inspeção acompanhará a efetivação dos valores corrigidos.

⁵ Comunicado SDG nº 32/2015 – DOE de 26/08/2015

8. As leis devem definir com clareza as atribuições e a escolaridade exigidas para provimento de cargos em comissão de Direção e Assessoria exclusivos de nível universitário, reservando-se aos de Chefia a formação técnico-profissional apropriado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



h) Subsídios dos Agentes Políticos foram processados em conformidade com a legislação local, não se identificando a aplicação de RGA, nem a ocorrência de pagamentos a maior.

II – Diante da implantação do IEGM, da realização de Fiscalizações Operacionais e Ordenadas e de outros indicadores sociais existentes, é possível ser feita análise operacional sobre os atos praticados pela Administração no período, transcendendo a aferição de legalidade, de modo que possam ser realizadas análises a respeito dos resultados obtidos na condução da execução orçamentária e financeira.

a) No que diz respeito à qualidade dos gastos, considerando as informações prestadas a esta e. Corte para a formulação do IEGM – Índice de Eficiência da Gestão Municipal, pelo qual é possível confrontar a adequação dos investimentos públicos à resposta esperada pela sociedade – qual seja, em favor de suas necessidades primárias – destaca-se que o Município obteve o índice C, regredindo em desempenho no comparativo com o ano anterior.

Esse índice denota que, em linhas gerais, a gestão qualitativa dos recursos públicos ficou aquém das expectativas da população local, existindo acentuada necessidade de aprimoramento na condução das políticas governamentais.

Tal circunstância se vê confirmada pelas fragilidades anotadas no contexto do *i-Planejamento*, indicador afeto à fixação e ao atingimento de programas e metas na Administração Pública, cujas respostas fornecidas pela Origem indicam que a Prefeitura realizava as audiências públicas em horário que inibe a ampla participação, que não havia levantamentos formais sobre os problemas locais antecedente ao Planejamento, que não existiam processos de monitoramento da inclusão e implementação das demandas populares e que não havia sido criado o serviço de Ouvidoria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Conforme destacado pelo MPC, a constatação de que as alterações orçamentárias atingiram percentual de 50,72% da despesa inicialmente fixada está a merecer críticas, cabendo ressaltar que a peça orçamentária não se limita a expressar referenciais numéricos de receitas e despesas, mas funciona como articulador das prioridades e políticas setoriais definidas pelo Poder Público no estabelecimento de um plano de governo, visando ao atendimento eficiente das demandas concretas da população.

Tais fragilidades, inclusive, comprometem o atingimento da Meta 16.7 da Agenda de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, no sentido de *“Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis”*.

Recomenda-se, assim, que a Prefeitura aprimore suas técnicas de planejamento, dando espaço às contribuições da população e concretude ao princípio da eficiência previsto na Carta da República.

b) Quanto à educação, há de se destacar que, diante das respostas apresentadas ao IEGM, expresso no quesito ***i-Educ***, o índice atribuído foi considerado “**C**”, com redução da nota apurada no ano anterior.

Esse índice procura traduzir, não obstante as respostas apresentadas pelo Município aos diversos quesitos formulados, coerência com a verificação de aplicação dos mínimos constitucionais da educação.

Do ponto de vista quantitativo, verifica-se que o Município de Pracinha ostentava, no exercício em exame, 156 alunos vinculados a sua rede de ensino, investindo **R\$ 17.247,52** por estudante, cifra 11,79% inferior àquela aplicada no ano antecedente (Investimento em 2018 = R\$ 19.553,84), porém 60,72% superior à média apurada nos Municípios Paulistas jurisdicionados desta Corte (R\$ 10.731,62)⁶.

Sob viés qualitativo, contudo, a análise sobre as informações disponibilizadas pelo IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica⁷

⁶ De acordo com o Relatório SMART gerado pelo Sistema AUDESP.

⁷ <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



demonstra que **não** foram atingidas as metas pactuadas para os anos iniciais do ensino básico, considerando o último exercício avaliado.

Município	IDEB Observado					Metas Projetadas					
	2011	2013	2015	2017	2019	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Pracinha											
4ª série/5º ano	5.9	6.0	-	6.6	5.6	-	6.1	6.4	6.6	6.8	7.0

Da tabela, observa-se que a localidade apresentou redução de 1,0 ponto no desempenho do seu alunado, o que culminou com o não atingimento da meta estabelecida pelo Ministério da Educação para a última avaliação realizada, importando em hiato de 1,2 entre o projetado e o atingido.

No mesmo horizonte, respostas fornecidas pela Origem ao *i-Educ* associadas aos achados de fiscalização sinalizaram inexistência de salas de aleitamento materno nas creches, ausência de boas práticas de diminuição do absenteísmo docente, salas de aula superlotadas, falta de atendimento especializado para alunos com necessidades especiais e pendência na regularização do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

Trabalhos no âmbito das **Fiscalizações Ordenadas** da Merenda Escolar revelaram impropriedades que não haviam sido resolvidas até o momento da inspeção ordinária, que se relacionam à falta de alvará da Vigilância Sanitária e do AVCB, à ausência de testes de aceitabilidade junto aos alunos que recebem a merenda, à indisponibilidade de termômetros para aferição da temperatura dos produtos e a inadequações no mobiliário de refeitório.

A teor dos questionamentos formulados no expediente TC-018690.989.19-9, apurou a UR-18 que o Município não cumpre com o Piso Nacional do Magistério estabelecido pela Lei Federal nº 11.738/2008, uma vez que o vencimento inicial da carreira docente municipal para jornada de 40 horas semanais não atendia ao valor mínimo estabelecido pelo Ministério da Educação (2019 = R\$ 2.557,74).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Tal circunstância afetou a remuneração dos ocupantes do cargo de **Professor de Creche**, que recebem R\$ 2.455,35 por uma jornada de 40 horas (Ref. 1/I, conforme Lei Municipal nº 437/2010, evento 40.25, e Lei Municipal nº 671/2018, evento 40.28), com uma diferença de R\$ 102,39 em relação ao piso.

Em que pesem as justificativas da defesa, a literalidade do § 1º do art. 2º da norma federal determina que *“O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais”* (destaque acrescido), o que reclama correções por parte da Origem.

Nota-se, assim, que a destinação bastante superior a 25% das receitas próprias às ações do Ensino não se traduziram necessariamente no aprimoramento das atividades governamentais nessa seara, o que reclama revisão qualitativa das políticas públicas nesse setor, orientando-se por aquelas metas do Plano Nacional de Educação e da Agenda de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

ODS 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

ODS 4.1 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

c) Através do ***i-Saúde***, o índice IEGM alcançado foi **“B”**, com manutenção relativamente ao ano anterior.

Com uma população de 4.093 habitantes, o Município investiu R\$ 852,77 *per capita* em políticas relacionadas à saúde, compatível com a aplicação do ano anterior (2018 = R\$ 860,98), porém 8,55% inferior à aplicação do conjunto dos municípios paulistas (R\$ 932,49 por habitante)⁸.

⁸ Relatório SMART – Sistema AUDESP



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Respostas fornecidas ao IEGM sinalizam fragilidades que precisam ser superadas, relativas à falta de controle de frequência dos médicos, à deficiência no programa de acompanhamento pré-natal, ao alcance insuficiente da cobertura vacinal, à ausência do sistema informatizado para gerenciar estoques, do componente municipal do Sistema de Auditoria e da Ouvidoria em Saúde.

Além disso, visita de natureza operacional na UBS Enf. Maria José Cleto identificou ausência de escala atualizada dos profissionais de saúde, banheiros parcialmente adaptados para necessidades especiais e armazenamento inadequado de fármacos.

Tais ocorrências militam em desfavor da meta 3.8 da Agenda de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU: *“Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos”*.

Registre-se, de outra parte, que as apurações da fiscalização demonstraram aderência dos vencimentos previstos para os cargos de Agente Comunitário de Endemias e Agente Comunitário de Saúde (R\$ 1.250,00 – Lei Municipal nº 699/2019, evento 60.44) ao piso definido para tais carreiras por meio da Lei Federal nº 13.708/2018, conforme apurações requeridas no expediente TC-018690.989.19-9.

d) Falhas apuradas no contexto do **i-Amb** (Nota **C**) demandam atenção da Prefeitura aos termos das Políticas Nacionais de Saneamento Básico e Gestão de Resíduos Sólidos.

Isso porque a localidade não elaborou os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e de Gerenciamento dos Resíduos dos Serviços de Saúde, não promoveu ações de coleta seletiva de resíduos sólidos e não realizou nenhum tipo de aproveitamento de resíduos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Relembro que a gestão responsável do meio ambiente se encontra inserida na Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU – Metas 11.6: *“Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo ‘per capita’ das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros”* e 12.5: *“Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso”*.

e) Ante os apontamentos no *i-Cidade* (Nota C) e no *i-Gov-TI* (Nota C) caberá ao Órgão garantir o funcionamento da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, estabelecer estudo de avaliação da segurança de escolas e centros de saúde, garantir a trafegabilidade das vias públicas (pavimentação e sinalização) e calçamentos, compor sua área de tecnologia da informação e instituir sua Política de Segurança da Informação.

Quanto aos demais apontamentos lançados pela inspeção, relembro que a regra fixada em nosso ordenamento jurídico é que as aquisições de bens e serviços devem ser precedidas de licitação (art. 37, XXI, CF/88), ressalvados em caráter excepcional os casos de dispensa e inexigibilidade de certame (art. 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666/93).

Ressalta-se, igualmente, a necessidade de que tais compras estejam precedidas de pesquisa de preços idônea a comprovar a compatibilidade dos valores praticados com aqueles correntes no mercado, devendo a Administração aprimorar seus procedimentos nessa seara, observando com rigor as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93.

A entrega de numerário mediante Regime de Adiantamento pressupõe a excepcional impossibilidade de subordinação ao processo ordinário da despesa, devendo restar evidenciadas, de forma clara, a compatibilidade dos preços com aqueles correntes no mercado e a transparência e tempestividades das prestações de contas, conforme diretrizes



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



há muito enunciadas por este Tribunal⁹ e que deverão ser observadas pela Origem em seus próximos procedimentos.

A fiscalização acompanhará em futuros roteiros as providências anunciadas na adequação dos investimentos da Municipalidade face às opções mais atrativas existentes no mercado financeiro, bem como as obras paralisadas na área da Educação, que se encontram detalhadas em autos próprios (TC-019946.989.17-5 e TC-019954.989.17-4).

O responsável deverá, por fim, cumprir com os prazos de remessa de documentos ao Sistema AUDESP e observar as recomendações expedidas por este Tribunal, sob pena de que a reincidência nas condutas criticadas comprometa demonstrativos futuros.

Ante o exposto, acompanho as conclusões de ATJ e sua Chefia e voto pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de **PRACINHA, exercício de 2019**, excetuando aqueles atos, porventura, pendentes de julgamento neste e. Tribunal.

Determino, à margem do parecer, a expedição de ofício ao Executivo Municipal, com **recomendações** para que:

- Produza resultados positivos capazes de reduzir os níveis de endividamento e promova correção de descompassos no âmbito do *i-Fiscal*;
- Modere o percentual de alterações orçamentárias conforme diretrizes fixadas por esta Corte;

⁹ A cartilha "**O Tribunal e a Gestão Financeira dos Prefeitos**" detalhou as cautelas a serem adotadas pelo gestor no manejo de Adiantamentos (2012, p. 40):

1. autorização bem motivada do ordenador da despesa; no caso de viagens, há de se mostrar, de forma clara e não genérica, o objetivo da missão oficial e o nome de todos os que dela participarão.
2. o responsável pelo adiantamento deve ser um servidor e, não, um agente político; tudo conforme Deliberação desta Corte (TC-A 42.975/026/08).
3. a despesa será comprovada mediante originais das notas e cupons fiscais; os recibos de serviço de pessoa física devem bem identificar o prestador: nome, endereço, RG, CPF, nº. de inscrição no INSS, nº. de inscrição no ISS.
4. a comprovação de dispêndios com viagem também requer relatório objetivo das atividades realizadas nos destinos visitados.
5. em obediência aos constitucionais princípios da economicidade e legitimidade, os gastos devem primar pela modicidade.
6. não devem ser aceitos documentos alterados, rasurados, emendados ou com outros artifícios que venham a prejudicar sua clareza.
7. o sistema de Controle Interno deve emitir parecer sobre a regularidade da prestação de contas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



- Coordene esforços junto ao Poder Judiciário para a liquidação integral dos Precatórios dentro do prazo constitucional e afaste os erros de escrituração dessas obrigações;
- Contabilize adequadamente os gastos com mão de obra terceirizada e adéque as exigências de escolaridade dos cargos em comissão;
- Racionalize a realização de horas extras e afasta as imprecisões no pagamento de adicionais de insalubridade;
- Aprimore o desempenho global da gestão e as técnicas de planejamento governamental, garantindo espaço de participação popular;
- Corrija desconformidades no âmbito do Ensino, alinhando-se às diretrizes do Plano Nacional de Educação e da Agenda de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU;
- Observe os termos da Lei Federal nº 11.738/2008 na fixação de vencimentos dos profissionais docentes, dando cumprimento ao Piso Nacional do Magistério;
- Melhore o desempenho do *i-Saúde*, *i-Amb*, *i-Cidade* e *i-Gov-TI*;
- Privilegie a aquisição de produtos e serviços por meio da licitação, amparadas em pesquisa de preços idôneas;
- Aprimore as rotinas de concessão de prestação de contas de Adiantamentos;
- Cumpra com os prazos de remessa de documentos ao Sistema AUDESP, bem como com as recomendações e determinações desta Casa.

Considerando as apurações atinentes ao Piso Nacional do Magistério e ao Piso Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias, determino expedição de ofício ao subscritor do expediente TC-018690.989.19-9 para encaminhar-lhe cópias do relatório e voto, arquivando-se aquele protocolado na sequência.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



A fiscalização acompanhará o cumprimento das recomendações e determinações aqui expedidas em suas inspeções futuras, especialmente no campo dos adicionais de insalubridade, aplicações financeiras e obras paralisadas.

Transitada em julgado a decisão, cumpridas todas as providências e determinações cabíveis e verificada a inexistência de novos documentos, **arquivem-se os autos.**

GCCCM/15